



## **Dizeres e Desdizeres: Análise da Construção Discursiva dos Comunicados Oficiais da Uniban no Caso Geisy Arruda<sup>1</sup>**

Márcio Cunha CARLOMAGNO<sup>2</sup>  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR

### **Resumo**

Importante elemento da comunicação organizacional, os comunicados oficiais da Uniban, no episódio da expulsão da aluna Geisy Arruda, são analisados, fundamentando-se sob a ótica da linha francesa da Análise do Discurso. Averigua-se como a instituição, através de suas construções linguísticas, alinha-se aos agressores da estudante, procura negar sua identidade enquanto ser humano e seus direitos enquanto cidadã, para reforçar o discurso da instituição. Procura concorrer com a imprensa na produção de verdades sobre si, negando-lhe como intermediária no primeiro informe, mas cede e lhe reconhece autoridade no segundo informe. Este, se sustenta sobre a idéia de soberania do reitor, para negar e desfazer o primeiro informe, voltando atrás na decisão de expulsão da aluna.

### **Palavras-chave**

Análise do Discurso; Uniban; Geisy Arruda; Mídia.

### **1. Introdução**

No final do mês de outubro, dia 22, do ano de 2009, ocorreu na Uniban (Universidade Bandeirante), no campus da cidade de São Bernardo do Campo, um peculiar episódio que ganhou projeção e repercussão na imprensa. Uma estudante da universidade, Geisy Arruda, segundo consta, foi perseguida nos corredores da universidade por demais alunos, sob ofensas e gritos acusatórios, entre outras ameaças à sua integridade, por trajar um vestido supostamente curto e provocante demais. A jovem em questão, ainda segundo o divulgado e constante em inquérito oficial da polícia, teve que refugiar-se em uma sala de aula, e só pôde deixar o prédio sob a escolta da polícia militar, chamada ao local. O caso foi matéria principal de jornais de todo o país, em um contexto que se discutia, essencialmente, o teor discriminatório e violento dos demais estudantes que perseguiram a jovem.

Mergulhada em uma crise de imagem, a Universidade Bandeirante, doravante Uniban, divulgou, através de um informe publicitário publicado em jornais, a decisão de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Intercom Júnior, área temática de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 17 a 19 de maio de 2010.

<sup>2</sup> Graduando em Comunicação Institucional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), sob orientação da Profa. Dra. Adriana Cabral dos Santos. E-mail: mccarломagno@gmail.com



expulsar a aluna. O discurso da imprensa, antes já crítico da postura da universidade, intensificou-se contra a mesma, por ter, nas alegações desse discurso predominante, transformado a vítima em réu. No dia seguinte, segunda-feira, dia 9 de novembro, a universidade, frente a má recepção da atitude tomada, mudou sua posição e, através de uma nota à imprensa assinada pelo reitor da universidade, revogou a decisão tomada na véspera, voltando atrás na posição de expulsar a estudante.

Este estudo objetiva analisar as construções discursivas dos comunicados oficiais da universidade através das quais divulgou a expulsão da aluna e posteriormente voltou atrás em sua posição. Com embasamento na literatura da análise do discurso, predominantemente da linha francesa, pretende-se mostrar como se forma, nesses discursos, uma tentativa de produção de verdade, em que a universidade toma determinado posicionamento, em oposição a outros posicionamentos possíveis; como ela defende discursivamente essa posição e posteriormente se desdiz, adotando posição contrária à primeira, e as implicações discursivas dessas tomadas de posição. O objeto de estudo em questão se faz especial pela importância que os comunicados oficiais de uma instituição guardam para a comunicação empresarial, uma vez que se constituem como voz oficial da mesma. No entanto, este estudo não é nem pretende ser um estudo sobre a crise na instituição, nem sobre gestão de crise, área em ascensão dentro da comunicação organizacional, nem tampouco adentrar em questões éticas ou educacionais. Não é um estudo sobre o caso, mas sobre a concepção desses comunicados e o que representam e dizem dentro do contexto em que foram criados. É, desse modo, uma contribuição ao processo da sociolingüística.

## **2. Condições de Produção**

Segundo Foucault (apud NAVARRO, 2008) deve-se considerar, para a análise do discurso, as condições de produção em que tal discurso foi construído. A conjuntura de cada época é determinante para o entendimento de como e por que determinadas escolhas semânticas e lexicais são realizadas. Para tanto, deve-se primeiramente levar em consideração o *modus nascendi* dos comunicados, o momento em que são concebidos. O modo como é dito significa tanto quanto o que é dito.

O primeiro comunicado, intitulado “Responsabilidade Educacional” e denominado como “informe publicitário”, foi publicado como anúncio pago, nos principais jornais do estado de São Paulo, no domingo, dia 08 de novembro. Essa condição em que o anúncio foi feito já pode ser tomada, em si, como significativa. A



instituição reconhece a importância do caso, ao publicar o anúncio na edição de domingo, tradicionalmente tido como o espaço nobre na imprensa escrita, de maiores vendas, e cujo custo do anúncio é mais alto. Contudo, a despeito de o caso ter tomado dimensões nacionais, sendo veiculado em noticiários de todo país, a instituição publicou o anúncio somente nos jornais de São Paulo. Com isso a instituição também acredita que o caso diz respeito somente a seus alunos e potenciais alunos, somente à jurisdição do estado em que atua.

Outra análise que pode ser feita é sobre o *meio* escolhido. Entre as muitas opções de se comunicar com públicos, optou por um informe publicitário, em detrimento de uma nota à imprensa, um comunicado por escrito, um ofício, uma coletiva... O próprio termo “informe publicitário” denota que se quer informar algo, mas o termo publicitário guarda em seu cerne a dúvida entre o desejo de “*dar publicidade*”, ou “*fazer publicidade*”. Em a preocupação sendo de dar publicidade, qualquer outro meio teria sido efetivo ou surgido ainda mais efeito, podendo ser seguido do mesmo informe publicado. Ao dar preferência para que a decisão fosse conhecida primeiramente através do referido informe, revela um desejo de “*fazer publicidade*”, ou seja, não mais publicidade, mas propaganda, promoção, o desejo de mostrar suas atitudes.

Segundo consta, a própria estudante tomou conhecimento do fato através do anúncio, sem ter tal informação previamente. Com isso, a universidade mostra uma preocupação em se explicar perante a opinião pública, uma preocupação com sua imagem, acima de procedimentos ou condutas consideradas como éticas, tal qual dar conhecimento prévio da decisão à aluna. Nega, dessa forma, a imprensa enquanto veículo de intermediação, postura que se verá reforçada no decorrer desse estudo, procurando se comunicar, através do informe, diretamente com o público.

O segundo informe nasce em um momento de ebulição. Apenas um dia após comunicar a decisão através da publicação do primeiro pronunciamento, a instituição, pressionada, divulga, já no fim da tarde, uma nota, sucinta e direta, à imprensa, que fazia plantão frente à instituição. Segundo Foucault (apud NAVARRO, 2008), é preciso levar em consideração as condições sócio-históricas de quando determinado discurso foi produzido, e por isso, é fundamental considerar a pressão exercida pela sociedade e pela imprensa contra a primeira decisão. O segundo comunicado é o oposto do primeiro, que foi claramente elaborado previamente. O segundo informe representa também um segundo momento na relação com a imprensa. Se no primeiro tentava negá-la como veículo mediador, no segundo informe a reconhece e a ela presta contas.



### 3. O informe publicitário: o primeiro comunicado

A escolha lexical de quais palavras usar, e quais não, é, tanto para Bakhtin (2006) quanto para os teóricos da linha francesa, fundamental para entender de que posição fala um indivíduo. O informe em análise se denomina “responsabilidade educacional”, e anota como título “A educação se faz com atitude e não com complacência”. O informe não narra os fatos ocorridos, que foram o motivo da informada sindicância, cujo resultado o mesmo informe vem trazer a público. Apenas faz referência a “*o episódio ocorrido no dia 22 de outubro, fartamente exibido na internet e divulgado pelos veículos de comunicação*”. Nesse momento, há que se fazer um esclarecimento teórico. Todo discurso está conectado a outros discursos; não existe discurso isolado, em si. Para Navarro (2008, p. 66) “*os enunciados pertencem a uma rede de outros enunciados*”. Segundo esse autor:

...não existe enunciado que não suponha outro ou outros, do conjunto disperso dessas diferentes posições e do diálogo estabelecido entre as materialidades imagéticas e verbais resulta uma interpretação que se pretende contrapor a outra... (NAVARRO, 2008, p. 69)

Já Orlandi define que:

O interdiscurso nos permite remeter da faixa a toda uma faixa de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. (ORLANDI, 2003, p. 32)

Segundo afirma Pêcheux (1999), o papel do esquecimento para a construção do discurso é fundamental; a construção do discurso diz respeito não somente ao que é dito, mas o que não é dito, e o que, com o que foi dito, produz “apagamentos” de outros significados na memória. Assim, produzir um discurso é mais do que afirmar seu discurso, mas fazer esquecer outros discursos que entrem em choque com ele. Deste modo, o primeiro comunicado procura não evocar os fatos, por apresentarem um aspecto negativo e incomodo à instituição, ao qual procuram dar um novo sentido de verdade.

Segundo o informe “[a sindicância] *colheu depoimentos de alunos e alunas, professores, funcionários e da estudante envolvida...*”. Aqui, pode-se ressaltar dois aspectos. Primeiro, resalta-se que foi colhido depoimentos de “alunos e alunas”. Pelo caso se tratar, essencialmente, de preconceito de parte masculina (a maioria dos perseguidores eram homens, ainda que houvesse mulheres no grupo) a inclusão do termo “alunas” no texto, desnecessário pela lingüística portuguesa, reforça o sentido de



pluralidade, de que a universidade ouviu os dois lados, inclusive o feminino, e não está se baseando em nenhum conceito ligado ao universo masculino. Segundo, o fato que não nomear a aluna Geisy (fato que se repetirá por todo comunicado), tratando-a, nesse trecho, apenas como a “aluna envolvida”, procura não dar uma face, um rosto, à pessoa. Nega-se sua existência enquanto ser humano, nominável; ela é apenas “a aluna”, e enquanto aluna, sujeita às regras da universidade, com isso reforçando o discurso e a posição da instituição.

A segunda parte do comunicado é marcada pelo subtítulo, em negrito, “Os fatos”, seguido de dois pontos. Evidencia-se a busca por tornar seu discurso a verdade, em estabelecer como fato, ou seja, aquilo que é concreto e real. Novamente, e daqui por diante, se repete o uso do termo “a aluna” para se referir à Geisy. Nos parágrafos seguintes, o texto menciona o percurso percorrido pela jovem “...a aluna fez um percurso maior que o habitual aumentando sua exposição...” e “Novamente, a aluna optou por um percurso maior ao se dirigir ao toalete...”. Coloca-se a aluna na posição de provocadora do incidente, quase que merecedora, tendo alimentado-o pelos seus trajes e sua atitude. A ênfase dada ao trajeto percorrido denota que, para a universidade, ela não tem direitos civis, como o de ir e vir. Na construção discursiva da universidade, se constitui como falta o ato de a aluna ter percorrido um trajeto maior, como se não fosse seu direito, como se o modo correto de agir fosse ir de um ponto a outro, com objetividade. A declaração também tenta levar em conta a *intenção* da aluna, ao fazer isso. A partir de uma suposição, aplica a pecha incomprovável, uma vez que subjetiva e pessoal.

O texto também referenda a voz dos colegas, e seus depoimentos, como a verdade dada. A “aluna” é definida como provocativa, estando no cerne, como causa, de toda o fato que houve, por provocar aquilo. Enquanto isso, os agressores são tomados como “*reação coletiva de defesa do ambiente escolar*”, estando eles pensando na defesa do moral escolar. Ao definir a atitude dos alunos como “defesa”, implica Geisy como a ofendedora, a verdadeira agressora. Assim, a instituição endossa, avaliza, e oficializa o seu apoio àquela conduta, como a correta.

O oitavo parágrafo anota que, em depoimento à comissão “a aluna demonstrou um comportamento instável, que oscilava entre a euforia e o desinteresse” e também frisa, na mesma frase, que a mesma “estava acompanhada de dois advogados e uma estagiária vinculados a uma rede de televisão”. Procura-se, assim, mais uma vez, repetir a tática da negação da aluna Geisy enquanto detentora de direitos civis. Cita sua instabilidade,



procurando dar-lhe descrédito, e faz questão de anotar, junto a essa informação, como se fosse um demérito, o fato dela estar acompanhada de advogados. É como se a instituição se sentisse acuada, diante do fato da apuração do caso estar sendo coberta de perto pela imprensa, e, diante disso, tomasse posição de enfrentamento contra a aluna por esta tê-la posto nessa situação. Assim, como se fosse um crime, lado a lado com o vestido curto, acusa-a: estava acompanhada da imprensa! A presença do advogado, representando seus interesses seria um direito seu, como cidadã, mas é tomado pela instituição como ofensa, como algo ameaçador, algo a que a aluna não teria o direito, uma vez que tal informação apresentada de forma demeritória. Nega-se, com isso, além da identidade de Geisy enquanto ser humano nominável, também como cidadã detentora de direitos civis, tal qual ter um advogado.

Já ao fim a nota da universidade cita, pela primeira vez, o nome da aluna, para informar que vem desligá-la do quadro discente “*em razão do flagrante desrespeito aos princípios éticos, à dignidade acadêmica e à moralidade*” e vai suspender os alunos que foram identificados envolvidos no “*incidente*”. Enquanto define como incidente (semanticamente algo de menor importância) o ato dos alunos, liga a imagem de Geisy como ofensiva à ética, à dignidade e à moral. O termo “*flagrante*” reforça a incontestabilidade da afirmação. Nos últimos parágrafos, a instituição “*reafirma*” seu compromisso com a responsabilidade social, de modo que diz que este compromisso já está afirmado, é claro e conhecido. Ao expressar seu “*apoio aos 60 mil alunos injustamente aviltados*” a instituição coloca-se na posição, concomitantemente, de vítima e defensora das vítimas. A instituição foi aviltada e principalmente seus alunos foram aviltados; todas as atitudes tomadas são para defender o nome das verdadeiras vítimas, os 60 mil alunos. E quem os aviltou? A universidade não faz cerimônias em registrar o estranhamento para com a mídia. Assim, procura-se dar à mídia o papel de vilã, que “*perde a oportunidade de contribuir para um debate sério e equilibrado*”. Para a Uniban, não houve equilíbrio na cobertura, e procura deslegitimá-la enquanto veículo julgador. Assim, a Uniban procura ocupar o espaço que acusa a mídia de ter abandonado, convidando a comunidade e a própria mídia para um ciclo de seminários sobre cidadania.

#### **4. A nota à imprensa: o segundo comunicado**

Diante de uma forte reação negativa da sociedade e da imprensa, na segunda-feira, 09, dia seguinte à divulgação do primeiro informe nos jornais, a Uniban divulgou



uma “nota à imprensa”, informando da decisão de desfazer a decisão comunicada na véspera. Em um parágrafo único de cinco linhas, procura dar objetividade à declaração, sintetizando a tentativa de desdizer o que havia dito.

Novamente a escolha do *meio* é importante para o entendimento dos sentidos produzidos. Em contraste com o “informe publicitário” do primeiro comunicado, este pronunciamento se dá através de uma “nota à imprensa”. Tomando do ponto de vista do esforço necessário da universidade em fazer circular a informação, este segundo meio tem uma circulação mais restrita, apesar da eventual divulgação posterior por parte da imprensa. Por ser uma tomada de decisão que, eventualmente, desagrade à instituição, ela prefere, ou não vê propósito, em dar a mesma publicidade que à primeira declaração. Enquanto a primeira decisão foi divulgada para toda sociedade, com vistas a dar conhecimento a todos de sua decisão, esta foi divulgada apenas àqueles que fossem buscar por ela.

Pode-se dar ênfase em como a segunda nota desdiz o dito da primeira nota. Retomando o já apresentado papel da memória na produção de discursos, novamente é importante ressaltar os apagamentos que se tentam produzir. Segundo Pêcheux (1999), a memória funciona por apagamentos, logo, para que um discurso possa fazer sentido, ele entra em concorrência com outros discursos. Esses discursos se completam, se contrapõem e/ou se anulam, no que é denominado interdiscurso. Assim, a nota do reitor procura anular, no dia seguinte, a primeira decisão da universidade, se contrapondo o discurso do reitor ao discurso da primeira declaração.

Há que se analisar alguns aspectos dos termos empregados na segunda nota. O reitor se baseia no regimento interno, de modo que procura respaldo à sua decisão. A mensagem que procura enviar é que não é a decisão unilateral do dono de uma empresa, mas embasada legalmente, justa, conforme prevista nas regras pré-estabelecidas. A decisão foi, desde modo, dentro de todas as regras do jogo, e mesmo essas regras já previam a possibilidade dessa revogação, é o que tenta dizer.

A última frase da nota anuncia: “Assim, o reitor dará melhor encaminhamento à decisão”. O que se produz a partir disso é a mensagem sobre a sapiência do reitor ante o conselho universitário. O reitor, assim, é um ser supremo. A ele, chegam somente os assuntos maiores. O conselho universitário cuida dos assuntos “mundanos”, e, quando não dá conta, e, por humano, falha, é que intervém o Reitor, para com sabedoria desfazer e “dar melhor encaminhamento” às decisões que os homens não foram capazes de conceber. A aura supra-humana empregada ao reitor permanece ao longo da nota.



Ainda que respaldado legalmente pela regras, ele é tido como a instância superior, de tomada de decisão suprema, a instância máxima. Tradicionalmente nas regras da organização interna de universidades, em geral, o Conselho Universitário (ou equivalente) é a instância máxima, superior ao reitor. No caso das regras internas da Uniban, a equação se inverte, sendo o reitor essa instância máxima de tomada de decisão. Nesse sentido, o respaldo legal que se procura dar à tomada de decisão não é a necessidade de embasar sua decisão, mas o oposto, a tentativa de “mundanizar” a decisão do reitor, torná-la menos autoritária e unilateral, e mais baseada nas normas, como se dissesse “*ele só tomou tal decisão, por que está previsto nas regras*”, amenizando a imagem de soberano e o discurso de autoridade suprema empregado ao reitor.

## 5. Conclusão

Se, como Foucault (apud NAVARRO, 2008) propõe, a questão fundamental é sempre a luta pela produção da verdade, a Uniban coloca-se como opositora à mídia, disputando com esta o terreno da produção da verdade. Esse é o grande embate que advém da análise do discurso contido nos informes publicitários da Uniban.

Mais do que temas referentes a expulsão ou não da aluna, a punição ou não dos agressões, e outros, a Uniban deseja concorrer com a mídia no terreno da produção da verdade sobre si. Para isso, usa de táticas como o uso do veículo midiático, mas em forma de anúncio pago, direcionando-se diretamente aos leitores. Adota postura crítica ao comportamento da mídia, e se propõe a fazer o papel que a acusa de não ter feito. Posteriormente, volta atrás em sua tentativa de concorrer com a mídia, e se submete à ela, voltando atrás também na decisão sobre o futuro da aluna Geisy Arruda. Referente a esta, a universidade adota a postura da negação da identidade de Geisy, assumindo a posição discursiva dos alunos agressores.

Os motivos que a levaram a assumir esta posição são instigantes, assim como os diversos desdobramentos do caso, e certamente constituem um excelente mote para tratamento e análise, em diversos âmbitos de estudo e produção de pensamento, porém, o trabalho de análise do discurso proposto se restringe ao aqui concebido, se demonstrando a construção discursiva dos comunicados da instituição, e suas implicações semióticas.





## Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

NAVARRO, Pedro. **Discurso, história e memória**: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. IN: TASSO, Ismara (Org.). Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória. São Carlos: Claraluz, 2008.


ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: Achard, Pierre (Org.) Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999.



## Anexo A: Fac-simile do primeiro comunicado da Uniban

INFORME PUBLICITÁRIO



**UNIBAN**  
BRASIL

### RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL

**A educação se faz com atitude e não com complacência**

A Universidade Bandeirante - UNIBAN BRASIL - dirige-se ao público e, especialmente, à sua comunidade acadêmica para divulgar o resultado da sindicância no campus de São Bernardo do Campo sobre o episódio ocorrido no dia 22 de outubro, fartamente exibido na internet e divulgado pelos veículos de comunicação.

A sindicância consoante com o Regimento Interno nos termos do artigo 216, parágrafo 5, e do artigo 207, da Constituição Federal, colheu depoimentos de alunos e alunas, professores, funcionários e da estudante envolvida, além de analisar vídeos e imagens divulgadas.

**Os fatos:**

Foi apurado que a aluna tem frequentado as dependências da unidade em trajés inadequados, indicando uma postura incompatível com o ambiente da universidade, e, apesar de alertada, não modificou seu comportamento.

A sindicância apurou que, no dia da ocorrência dos fatos, a aluna fez um percurso maior do que o habitual aumentando sua exposição e ensejando, de forma explícita, os apelos de alunos que se manifestavam em relação à sua postura, chegando, inclusive, a posar para fotos.

Novamente, a aluna optou por um percurso maior ao se dirigir ao toalete, o que alimentou a curiosidade e o interesse de mais alunos e alunas, tendo início, então, uma aglomeração em frente ao local.

Depoimentos de colegas indicam que, no interior do toalete feminino, a aluna se negou a complementar sua vestimenta para desfazer o clima que se havia criado.

Foi constatado que a atitude provocativa da aluna, no dia 22 de outubro, buscou chamar a atenção para si por conta de gestos e modos de se expressar, o que resultou numa reação coletiva de defesa do ambiente escolar.

Em seu depoimento perante a comissão, a aluna demonstrou um comportamento instável, que oscilava entre a euforia e o desinteresse, e estava acompanhada de dois advogados e uma estagiária vinculados a uma rede de televisão.

**Decisão do Conselho Superior da Universidade:**

Diante de todos os fatos apurados pela comissão de sindicância, o Conselho Superior, amparado pelo relatório apresentado e nos termos do Regimento Interno, decidiu, com base no Capítulo IV – Regime Disciplinar, artigos 215 e seguintes:

- 1- Desligar a aluna Geisy Villa Nova Arruda do quadro discente da Instituição, em razão do flagrante desrespeito aos princípios éticos, à dignidade acadêmica e à moralidade;
- 2- Suspender das atividades acadêmicas, temporariamente, os alunos envolvidos e devidamente identificados no incidente ocorrido no dia 22 de outubro.

A UNIBAN realinha seu compromisso com a responsabilidade social e a promoção dos valores que regem uma instituição de ensino superior, expressando sua posição de apoio aos seus 60 mil alunos injustamente aviltados. Nesse sentido, cabe aqui registrar o estranhamento da UNIBAN diante do comportamento da mídia que, uma vez mais, perde a oportunidade de contribuir para um debate sério e equilibrado sobre temas fundamentais como ética, juventude e universidade.

Para tanto, convida seus alunos e alunas, professores, funcionários, a comunidade e a mídia para um ciclo de seminários sobre cidadania em data a ser oportunamente informada.

**Universidade Bandeirante - UNIBAN BRASIL**



## **Anexo B: Fac-simile do segundo comunicado da Uniban**

